

Almeida, Maria Antónia Pires de, Conceição Andrade Martins (2002), “Alugador de máquinas”, Conceição Andrade Martins, Nuno Gonçalo Monteiro (orgs.), *A Agricultura: Dicionário das Ocupações*, Nuno Luís Madureira (coord.), *História do Trabalho e das Ocupações*, vol. III, Oeiras, Celta Editora, pp. 285-288. ISBN: 972-774-133-9.

## **Alugador de Máquinas.**

Grupo: Outros.

Embora se possa considerar que os homens de jeira que trabalhavam com os seus próprios instrumentos de trabalho (alfaias e gado) já eram uma espécie de alugadores de máquinas, a profissão só se começaria a assumir como tal a partir da segunda metade do século XIX, acompanhando de perto da introdução e divulgação das novas máquinas e alfaias agrícolas (debulhadoras, escarroladores, etc.).

Em meados da década de 1880 Augusto de Figueiredo já se referia à existência nos campos do Mondego de indivíduos que “fazem profissão” do aluguer de máquinas agrícolas, nomeadamente de escarroladores mecânicos, e retiram lucros “convidativos” de tal actividade. Dizia o autor que durante o Inverno “dois homens associados percorrem as povoações e casas de campo, levando a pequena máquina à maneira de condutores de liteira (Figueiredo, 1887).

Ao estudar a difusão da debulha mecânica no Alentejo, Jaime Reis (1993) também encontrou para aquele período referências a alugadores e “empresários” de máquinas, designadamente de debulhadoras a vapor, mas a actividade só viria a assumir uma maior dimensão na segunda metade do século XX na decorrência da intensificação que conheceu a partir de então o processo de mecanização da agricultura portuguesa.

O forte êxodo rural que se verificou a partir dos anos 50, e que consistiu sobretudo em emigração para a cintura industrial de Lisboa, no caso dos trabalhadores rurais alentejanos e ribatejanos, complementado pela saída para a Guerra Colonial, levaram a uma clara diminuição de mão-de-obra nas regiões de grande propriedade. Como consequência verificou-se uma relativa subida dos salários e melhoria das condições sociais nos campos, ao mesmo tempo que os agricultores optaram pela mecanização dos trabalhos que exigiam maior intensidade de mão-de-obra. Este era o caso da preparação das terras para a sementeira, antes realizado com a ajuda de muares ou bovinos (ver

**Boieiro**\*) e que passou a ser desenvolvida por tractores equipados com arados e outras alfaias necessárias. No entanto, o trabalho mais exigente era sem dúvida a ceifa, ou *assefa*, que tradicionalmente ocupava enormes ranchos de **Cefeiros**\* locais ou **Ratinhos**\*, e que progressivamente foi sendo substituído por ceifeiras-debulhadoras (que podiam ser simultaneamente enfardadeiras) nas zonas onde as condições físicas e a capacidade económica dos proprietários tornaram viável e rentável a sua utilização (sobretudo nos grandes latifúndios do sul).

Na origem dos Alugadores de Máquinas encontram-se muitos antigos seareiros e pequenos rendeiros que a partir da segunda metade do século XX começaram a investir em maquinaria agrícola com o objectivo de as alugar. Tal como faziam os *Singeleiros* e os **Almocreves**\*, estes Alugadores cediam a sua força de trabalho e os seus instrumentos a troco de um pagamento diário ou por empreitada, modalidade mais frequente. Havendo a possibilidade deste trabalho ser realizado em parceria, os alugadores de máquinas não são, assim, empregados da lavoura, mas antes trabalhadores independentes com “tractores de fretes”, que, por vezes, complementavam a sua actividade com a de **Seareiro**\*, em terras de sequeiro ou em searas de arroz e tomate, aproveitando os regadios resultantes das grandes obras de hidráulica agrícola empreendidas pelo Estado Novo. Por isso Castro Caldas (1988) os classifica e inclui no grupo dos seareiros capitalistas que utilizavam exclusivamente trabalho assalariado e que, nalguns casos, chegaram a possuir verdadeiras frotas de maquinaria agrícola. Mas se alguns destes conseguiram ascender à categoria de rendeiros e médios agricultores, a grande maioria continuou a trabalhar directamente com a máquina que alugava, e com a qual trabalhava por conta própria como **Tractorista**\* ou **Maquinista**\*.

Esta actividade foi viável nos diversos regimes de propriedade que se encontram em Portugal: no norte, onde predomina a pequena propriedade, o alugador de máquinas era utilizado para suprir as necessidades pontuais de uma lavoura cujas dimensões e rentabilidade não permitiam o investimento individual em maquinaria agrícola; enquanto no sul, a grande intensidade sazonal dos trabalhos obrigava à concentração de máquinas em períodos muito reduzidos, não compensando, por isso, aos proprietários, ter um grande parque, por exemplo de ceifeiras-debulhadoras, parado a maior parte do ano. Nestes casos, os lavradores que possuíam algumas máquinas podiam usar os serviços dos

alugadores nestes períodos específicos para completarem os trabalhos nas suas terras, após os quais eles próprios alugavam as suas máquinas aos vizinhos para uma maior rentabilização das mesmas.

No seguimento do IIº Plano de Fomento (1959-1964), a possibilidade de aquisição de maquinaria agrícola foi alargada a um maior número de agricultores com a promulgação de uma legislação que incentivou o investimento na mecanização: o Decreto-Lei nº 43.355, de 24-11-1960, que alargou o âmbito da Lei dos Melhoramentos Agrícolas de modo a permitir a concessão de empréstimos para a aquisição de máquinas agrícolas; o Decreto-Lei nº 48.168, de 23-12-1967, que instituiu a atribuição de subsídios a fundo perdido para a aquisição de máquinas agrícolas; e o Despacho do Ministério da Economia de 06-05-1969 que elevou o nível do subsídio para a aquisição de máquinas agrícolas. Ao abrigo desta legislação e com todo o interesse dos comerciantes locais de máquinas agrícolas, que muito beneficiaram com esta política, um grande número de pequenos agricultores conseguiu adquirir a crédito este tipo de equipamento e rentabiliza-lo ao máximo da forma descrita, trabalhando dia e noite e utilizando sem parar todo o potencial destas máquinas. Também ao abrigo desta legislação foram constituídas algumas associações de agricultores sob a forma de cooperativas agrícolas nos anos 1960 e início dos 70, que beneficiaram de subsídios para o “fomento da motomecanização agrícola e florestal” (Despacho do Ministério da Economia, de 06-05-1969), e com isso adquiriram maquinaria agrícola que circulava pelos sócios. A eficácia desta legislação comprova-se pelo aumento dos efectivos de alfaias agrícolas recenseadas nas Estatísticas Agrícolas (1964):

<b>Alfaias Agrícolas</b>	<b>1955</b>	<b>1960</b>	<b>1964</b>
Debulhadoras	3819	5097	5482
Ceifeiras Debulhadoras	96	397	725
Tractores	4494	9550	14086

Fonte: Estatística Agrícola de 1964.

Esta fonte permite-nos também verificar que o Sul do país liderou o processo de mecanização da lavoura no seu início: em 1964, por exemplo,  $\frac{3}{4}$  dos tractores existentes em Portugal concentravam-se nos distritos de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo. Este facto condiz com a opinião expressa pelo Visconde de Vilarinho de S. Romão, que no início do

século XX (S. Romão, 1902) afirmou que os semeadores mecânicos, as debulhadoras e outros instrumentos agrícolas de resultados tão vantajosos nas regiões onde predominava a grande propriedade e que exigiam lavras fundas, gradagens perfeitas, economia de sementes, etc., nenhuma vantagem tinham no Minho em virtude da “divisão da sua propriedade, carestia e falta de capitais, sistema de cultura”. No entanto, nos anos 80 o panorama da distribuição regional destas máquinas deslocou-se para Norte: enquanto o Alentejo passou de 35% dos tractores agrícolas em 1964 para 13% em 1989, as regiões do Norte e Centro (Beiras) evoluíram de 21% para 57% nos mesmo anos. Estas alterações indiciam um forte crescimento da mecanização no Norte e Centro, onde se registaram as mais altas taxas de crescimento no final deste período.

Tractores	1964		1989	
	nº	%	nº	%
Norte (Minho e Trás-os-Montes)	1.295	9	36.305	28
Centro (Beiras)	1.744	12	37.529	29
Lisboa e Vale do Tejo	5.468	39	32.040	25
Alentejo	4.935	35	17.548	13
Algarve	644	5	7.145	5
<b>Total</b>	<b>14.086</b>	<b>100</b>	<b>130.567</b>	<b>100</b>

Fontes: Estatística Agrícola de 1964 e Recenseamento Geral da Agricultura de 1989 e 1999.

No conturbado período que se seguiu à Revolução do 25 de Abril de 1974, os Alugadores de Máquinas tiveram um papel importante nas primeiras ocupações de terras que iniciaram o movimento da Reforma Agrária. Vendo-se na necessidade de capitalizar o seu investimento e acabar de pagar os créditos contraídos para aquisição das máquinas, e dentro do espírito associativo liderado pelas Ligas de Pequenos e Médios Agricultores e pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos três distritos alentejanos, nos finais de 1974 e princípios de 1975 grupos de trabalhadores agrícolas e de alugadores de máquinas ocuparam várias herdades ao abrigo do decreto-lei nº 660/74, de 25/11/1974, que estabeleceu o conceito de sabotagem económica para quando se considerava que o agricultor tinha as suas terras subaproveitadas. Nesse primeiro período, o objectivo das ocupações consistia em *fabricar* essas herdades para depois distribuir a produção. Mas tarde constituíram-se Cooperativas e Unidades Colectivas de Produção, nas quais os alugadores de máquinas participaram em pé de igualdade com os restantes trabalhadores.